

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANDRÉ DE QUEIROZ MOGADOURO

Estudo sobre as instituições jurídicas no pensamento de Ruy Mauro Marini

Osasco
2019

ANDRÉ DE QUEIROZ MOGADOURO

Estudo sobre as instituições jurídicas no pensamento de Ruy Mauro Marini

Monografia apresentado à Universidade Federal de São Paulo como pré-requisito
parcial para obtenção de grau
de Bacharel em Ciências
Econômicas

Área de concentração:
Direito e Desenvolvimento; Teoria Marxista da Dependência

Orientador:
Prof. Dr. Iagê Zendron Miola

Osasco
2019

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação da Unifesp/Campus Osasco
Escola Paulista de Política, Economia e Negócios – EPPEN
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Mogadouro, André de Queiroz

Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) –
Universidade Federal de São Paulo (Escola Paulista de Política,
Economia e Negócios), Osasco, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Iagê Zendron Miola

1. Direito e Desenvolvimento 2. Desenvolvimento Econômico.
3. Teoria Marxista da Dependência. 4. Economia Política. I. Miola,
Iagê Zendron II. Monografia – Unifesp/EPPEN.

RESUMO

MOGADOURO, A. Q. **Estudo sobre as instituições jurídicas no pensamento de Ruy Mauro Marini**. Osasco, 2019. Monografia de Ciências Econômicas. Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo. Osasco, 2019.

O presente trabalho parte da ideia de que existe uma rica contribuição da teoria da dependência acerca das Instituições e Desenvolvimento, e que podem ser encontradas ao longo da obra aqui analisada de Ruy Mauro Marini. As contribuições, ainda que não Institucionalistas, possuem fundamentos Institucionais, que podem dar novos ares para os estudos da relação entre o Desenvolvimento e as Instituições, contribuindo dessa forma para a formulação de quadros de mudanças institucionais.

Palavras-chave: Direito e Desenvolvimento; Instituições; Teoria marxista da dependência.

ABSTRACT

MOGADOURO, A. Q. **Study about the role of legal institutions in the thinking of Ruy Mauro Marini.** Osasco, 2019. Monografia de Ciências Econômicas. Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo. Osasco, 2019.

The present work starts from the idea that there is a rich contribution of the dependency theory about Institutions and Development, and that can be found throughout Ruy Mauro Marini's work analyzed here. Contributions, although not Institutional, have Institutional foundations, which can give new impetus to studies of the relationship between Development and the Institutions, contributing to the formulation of institutional change frameworks.

Keywords: Law and Development; Institutions; marxist dependency theory.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. TEORIA DO DESENVOLVIMENTO E INSTITUIÇÕES	10
2.1. INTRODUÇÃO	10
2.2. ABORDAGEM CEPALINA	11
2.3. ABORDAGEM NEOLIBERAL	15
2.4. CONSIDERAÇÕES DAS DUAS ABORDAGENS	19
3. TEORIA DO DESENVOLVIMENTO EM MARINI	20
3.1. ORIGEM E ELEMENTOS DA DEPENDÊNCIA E SEU DESENVOLVIMENTO	22
3.2. LIMITAÇÕES TEÓRICAS	24
3.3. ELEMENTOS ENCONTRADOS EM MARINI	26
4. CONCEPÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA MARINI	32
4.1. POLÍTICA DE SUPEREXPLORAÇÃO E DEPENDÊNCIA	35
4.2. DESEMPENHO ECONÔMICOS	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
6. REFERÊNCIAS	51

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é analisar o papel das Instituições dentro da teoria da dependência marxista, tendo como foco analítico o desenvolvimento das instituições ao longo do período histórico e conseqüentemente como o modelo institucional da dependência levou ao desenvolvimento dependente.

A pesquisa contribui para qualificar a afirmação de que as Instituições e o Direito são desconsiderados na teoria da dependência. Essa afirmação é o argumento mais recorrente para o abandono das contribuições feitas pelos teóricos da dependência.

Portanto, ao qualificar a afirmação, coloca-se como objetivo desvendar a sua validade e potencial argumentativo e retomar o debate colocado pela teoria da dependência em contraposição a teoria da modernização e seus desdobramentos no choque com a realidade.

A Metodologia do trabalho consiste na leitura aprofundada e criteriosa da bibliografia, tendo como foco a obra de Ruy Mauro Marini, utilizando-se da ótica das Institucionalista. Consiste portanto na apropriação de um conceito e a sua utilização como lupa para a leitura de outro, buscando, destacando e interpretando os trechos que apresentem o objetivo principal do Direito e Desenvolvimento que são as Instituições.

Tal técnica tem como intuito mapear e trazer a luz o debate das Instituições dentro da obra do autor dependentista, que de acordo com os Teóricos da Modernização, Pós-modernistas e Liberais da área no geral, não apresenta um debate sobre as instituições ou não apresenta um debate qualificado.

Por conseqüência, desse estudo será tratado algumas questões de interpretação e disputa teórica que até então se encontram muito no subjetivo dos pesquisadores e pouco na análise concreta das contribuições.

O conceito sobre as instituições se faz imprescindível como ponto de partida, visto que sem a definição do conceito se faz impossível buscar o papel das instituições dentro da obra de Ruy Mauro Marini. Para isso, dedico o primeiro capítulo para retomar brevemente o histórico das ideias assim como duas

abordagens importantes para o nosso debate. No segundo capítulo trago os parâmetros utilizados pelo autor estudado ao moldar sua teoria do desenvolvimento. Por fim no terceiro capítulo será fragmentada e desdobrada as instituições aparentes ao longo da obra de Ruy Mauro Marini.

Capítulo 2: Teoria do Desenvolvimento e Instituições, duas abordagens.

2.1 Introdução

Cabe iniciar com o apontamento de que não existe um tipo de Instituição jurídica ideal, ou melhor dizendo, não existe padrão de quadro institucional ideal. Mas, um conjunto de quadros institucionais correspondentes para cada modelo de Teoria de desenvolvimento apresentado.

Ao elaborar um plano de desenvolvimento constituído a partir de uma base teórica, adiciona-se um grau de relevância para a conformação de um quadro institucional, e explana-se como esse deve ser e se comportar para atingir o desenvolvimento.

Com isso, desenvolve-se critérios objetivos desenvolvidos em cima de pressupostos subjetivos, que podem ou não ser pautados na realidade concreta. Até o início dos anos 2000, pode-se dividir em dois momentos, dois ciclos de ideias para os desenvolvimento das nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento.

Para as nações da América Latina entre os anos de 1960 a 1990 ficaram muito marcados os pensamentos Estruturalistas da CEPAL que tiveram inclusive influência ainda que limitada nas ditaduras civis militares, ditaduras essas que não tinham relação política com a CEPAL, instituição democrática, mas ainda assim utilizaram-se de algumas ideias direta ou indiretamente tamanha a força da influência.

Já no período posterior, antecipado em algumas nações como foi o caso do Chile que no início do período da sua ditadura militar no ano de 1973 já passou a adotar o novo ciclo de ideias, o Neoliberalismo e as chamadas reformas do Estado passaram a ser o norte das ideias para o Desenvolvimento das nações que após o

ciclo anterior ainda não haviam alçado no patamar final mirado, o que foi argumento suficiente forte para a adoção de novos planos. Adiciona-se à isso também a martelada ideia de que o pensamento Estruturalista havia fortalecido demasiadamente o Estado e a sua centralização, recebendo a culpa pela crise do endividamento externo.

Contudo, tanto o pensamento Cepalino quanto o pensamento Neoliberal, do ponto de vista de estruturação de suas ideias, tinham o mesmo regimento para a elaboração de suas análises e normativas. Desenvolvendo a mesma combinação de três elementos por caminhos distintos, como aponta Schapiro no trecho abaixo.

Afinal, o que explica os êxitos recentes e também os permanentes equívocos desses países? O direito tem algo a dizer a respeito do desenvolvimento ainda incompleto destas nações? Quais são as implicações políticas a serem observadas nas próximas rodadas de promoção do desenvolvimento?

Até recentemente, as respostas a perguntas como essas, formuladas no contexto de sucesso ou mesmo de fracasso das estratégias nacionais de desenvolvimento, costumavam combinar três elementos:

- (i) uma concepção de desenvolvimento;
- (ii) a liderança de um setor responsável pela sua promoção; e
- (iii) um veículo de governança.

Foi com essa combinação de elementos que os acadêmicos de direito e desenvolvimento e também os formuladores de política pública, sobretudo aqueles situados em agências internacionais de promoção econômica, elaboraram as suas análises positivas e os seus desdobramentos normativos. Com isso, estabeleceram padrões de diagnósticos e proposições políticas relativamente regulares, isso entre os anos 1960 e os anos 2000. (SCHAPIRO, 2012, p.28).

2.2 Abordagem Estruturalista

Tomando como partida organizacional a combinação dos três elementos fundantes na concatenação das ideias para o Desenvolvimento, vou responder nessa seção três perguntas que sintetizam o pensamento estruturalista e que serão utilizadas também na síntese do Consenso de Washington. As perguntas são “O que são instituições para o pensamento estruturalista?”, “Qual o papel das instituições para o desenvolvimento no pensamento estruturalista?” e “Quais são as instituições necessários para o desenvolvimento dentro das ideias estruturalistas?”.

Até o início dos anos 1950 os países alvos dos experimentos, como Brasil, Chile, México, Argentina entre outros, partilhavam todos de uma singularidade econômica, a sua baixa produtividade industrial correlacionada com a especialização agrária, o que gerava um mecanismo interno de baixos salários reduzindo os custos da produção na tentativa de operar com preços mais competitivo, mecanismo ocasionado pelas desigualdades de produtividade em relação às economias industriais.

Essa relação econômica gerava um ciclo vicioso que partindo da baixa produtividade e conseqüentemente menores patamares de renda, colocava um obstáculo para a geração de poupança e investimentos internos, sendo esse um desafio para alçar um salto qualitativo na composição orgânica do capital nessas nações. Em outras palavras, uma armadilha, como expressa Schapiro abaixo.

Em outras palavras, no início dos anos 1950, esses países vivenciavam uma armadilha que se autoalimentava: a sua não industrialização gerava apenas condições para a sua não industrialização. (SCHAPIRO, 2012, p.30).

Essa base de análise estrutural em comum, foi o que deu origem ao nome das chamadas teorias estruturalistas, que tinham como ponto em comum o objetivo de modificar essa estrutura elevando os níveis da produtividade industrial das nações. Para a América Latina, a instituição que ficou como referência para as formulações e aplicações foi a CEPAL, braço latino da ONU para o Desenvolvimento das nações.

Para a contribuição Cepalina, destaca-se a contribuição de autores como o brasileiro Celso Furtado e o argentino Raúl Prebisch que tendo conhecimento dos vícios e qualidades das nações e sobretudo região, formulam planos de superação da condição de subdesenvolvimento. Citando Schapiro sobre os autores cepalinos, pode-se resumir as análises e proposições com os dois seguintes trechos, que apontam a especialização da produção e as consequências para o mercado interno e a desigualdade na balança cambial. Assim como também partindo desse diagnóstico fez-se a seleção estratégia para realizar o *catch up*, terminologia utilizada para expressar o processo de aproximação de nível de desenvolvimento entre as nações subdesenvolvidas e desenvolvidas.

Tais economias, ao se especializarem em produtos agrícolas, viam-se diante de um intrincado problema: de um lado, suas populações eram consumidoras das importações de bens industrializados, de outro, as suas exportações de produtos primários não mantinham a paridade e o poder de compra das importações (a conhecida tese da deterioração dos termos de troca)(Prebisch,2000). (SCHAPIRO,2012, p.30).

No que tange aos diagnósticos e às bases de formulação de uma agenda, portanto, a teoria do desenvolvimento, em seus diversos paradigmas, partia do problema da acumulação de riqueza e da necessidade da industrialização, tidos como pontos-chave para a superação da defasagem econômica. Essa interpretação, comum aos diversos modelos e concepções, levou à identificação de um setor e de um veículo de governança, responsáveis pela implementação destas estratégias de *catch up*. O setor protagonista foi o Estado, que assumiu a incumbência de resolver os problemas de ação coletiva, passando então a coordenar os esforços sociais e econômicos (Kennedy, 2006, p. 102-110). O veículo foi forjado pelos dispositivos de direito público, que corroboraram a liderança política e econômica do Estado desenvolvimentista (Kennedy, 2006, p. 98-110; Schapiro, 2010a, p. 216-223) (SCHAPIRO, 2012, p.31).

Pode-se dizer, portanto que a contribuição da cepal foi alicerçada pela participação ativa do Estado, do Direito Público e da seleção do setor industrial como setor estratégico para a superação do subdesenvolvimento.

Já como podemos observar na citação logo abaixo, o Direito público foi a ferramenta de participação do Estado na sociedade, corroborando com uma estratégia de desenvolvimento estabelecendo diretrizes aos civis e ao mercado de forma geral, protegendo a indústria nacional na disparidade de competitividade com o estrangeiro e subsidiando a mesma com incentivos. Uma regulamentação enviesada para o desenvolvimento industrial e o mercado interno.

Regulamentos de proteção e reserva de mercado, subsídios financeiros e benefícios tributários ou a instituição de propriedade estatal em setores considerados estratégicos foram alguns dos dispositivos oferecidos pelo direito público que, guardadas as especificidades locais, povoaram a periferia econômica entre os anos subsequentes aos segundo pós-guerra.(SCHAPIRO, 2012, p.32)

Contudo, os resultados alcançados pelo planejamento de desenvolvimento proposto pela Cepal e guiados pela liderança ativa do Estado e do direito público não foram o suficiente para transformar as nações periféricas subdesenvolvidas em nações desenvolvidas, mas isso não implica a ausência de resultados positivos para as nações que adotaram a indústria como setor estratégico para se desenvolver.

Pode-se observar ao longo das décadas uma transição demográfica do rural para o urbano, cabendo aqui possíveis críticas na velocidade como ocorreu e nas condições que se deram. Aumentou-se os níveis de industrialização e a sua produtividade impactando no aumento das rendas nacionais. Aumento da escolaridade e também crescimento do PIB per capita. Sem alterar por completo a desigualdade interna, é inegável que o desenvolvimento industrial garantiu, desde então, um incremento do desenvolvimento nacional. (SCHAPIRO, 2012)

O final do período de predominância das ideias estruturalistas se deu na América Latina com um momento de crise generalizada nas nações por conta do endividamento externo. Ocorrem nesse momento dos anos 1980 fatores externos e internos que desestruturam e se somam para o resultado final, o aumento dos juros norte-americanos no âmbito externo e o desencontro da economia política com os objetivos expansionistas da economia estruturalista no âmbito interno.

Essa confluência de fatores somados com tendências neoliberais do capitalismo global que desestruturaram os estados de bem estar social nos países de capitalismo desenvolvido fizeram com que tivesse uma transição para as sociedades latinas, distanciando-se dos pensamentos estruturalistas e adotando ideias e reformas Neoliberais na busca de um novo arranjo.

2.3 Abordagem Neoliberal

Nos anos de 1990, deu-se início ao período de reformas Neoliberais nas nações Latinas que antes adotavam o ideário estruturalista da Cepal. Essas reformas tinham como objetivo desestruturar a centralidade do Estado na tomada de decisões, privatizando-as. Deslocando dessa maneira a liderança antes do Estado agora para as forças de Mercado.

O protagonismo antes do direito público, agora passa para a autorregulamentação do mercado e o chamado “quase público”, referente a participação dos próprios agentes do mercado na composição de tomada de decisões em ambiente público para a regulamentação dos seus respectivos setores.

A centralidade estratégica da indústria passa a ser gradativamente secundarizada em contraposição do aumento dos setores bancários financeiros que passam a ter papel predominante nesse novo arranjo social.

Para os agentes do Neoliberalismo o diagnóstica para se argumentar a sustentação dessas mudanças era o de que havia um excesso de participação do Estado que causavam distorções e desincentivos à formação de um setor privado de mercado saudável, apontando que os vilões gerados da crise e da má performance econômica eram (i) a dívida pública elevada; (ii) a carga tributária proibitiva a investimentos privados; (iii) os excessivos controles macroeconômicos no câmbio, nas taxas de juros e sobre os investimentos estrangeiros; e (iv) a participação indevida do Estado em atividades de mercado. (SCHAPIRO, 2012, p. 35)

Esse diagnóstico orientou a formulação de um plano de combate a esses vilões que foram reunidos em um planejamento de mudanças econômicas e de

reformas do Estado, sendo em sua maioria do âmbito do direito público e reforçando os direitos privados sobretudo o direito de propriedade. (SCHAPIRO, 2012, p.35)

No trecho abaixo, pode-se observar com nitidez a transformação de uma estratégia coletiva de transformação para uma estratégia individualista dos agentes, garantindo os direitos individuais sobretudo os direitos de propriedade, tendo como base uma visão de que os agentes de mercado quando bem tratados e cuidados pela não intervenção do Estado, ou melhor, uma intervenção mínima que tem como principal objetivo a diminuição dos custos de transação, por si só trazem o desenvolvimento. Um direito bem aplicado, retirando os obstáculos ao *Laissez-faire* leva ao desenvolvimento.

Fizeram parte desta agenda dois conjuntos principais de medidas: (i) a proteção aos direitos econômicos individuais, por meio de ações como a reforma dos dispositivos de governança corporativa, o incremento da garantia patentária e as regras de defesa da concorrência e (ii) as iniciativas de controle do ativismo estatal, que combinavam a proposição de accountability do poder público com os objetivos de desregulação econômica (Ohnesorge, 2003, p. 94- 98). O seu objetivo foi, portanto, o de garantir as bases de sustentação para um modelo de desenvolvimento menos ancorado na coordenação pública e mais confiante nas transações privadas e espontâneas de mercado (Kennedy, 2006, p. 128-147; Trubek, 2006, p. 81-93).(SCHAPIRO,2012, p.35)

Com a realização desse plano de reformas, as empresas estatais, que foram a liderança do período desenvolvimentista anterior, foram parcialmente privatizadas e passadas para o setor privado. As atividades econômicas e os serviços públicos foram passados para o setor privado que em alguns casos foram desempenhados por empresas estrangeiras que respondiam a uma regulamentação indireta. Ao Estado e ao setor público de maneira geral coube o papel de garantir o funcionamento das regras de conduta do mercado, não interferindo com regulamentação demasiada e sendo atribuído como sua principal função permitir a livre concorrência. (SCHAPIRO, 2012, p. 37)

Um exemplo prático dos novos tempos foi o caso Brasileiro no qual constituíram-se as ARIs (Agências Reguladoras Independentes), que tiveram sua inspiração no funcionamento da regulamentação norte-americana. As ARIs tinham o objetivo de garantir a harmonia sem o envolvimento caótico da política, tendo garantias institucionais específicas como: (i) a previsão de mandato para os seus diretores; (ii) o pre-enchimento dos cargos de modo não coincidente com a troca de chefia do executivo; e (iii) a impossibilidade de recurso de suas decisões aos Ministérios a que estão vinculadas. (SCHAPIRO, 2012, p. 37)

No setor financeiro, estratégico das transformações, ocorreram de acordo com Schapiro quatro mudanças significativas que modificaram o modus operandi de funcionamento do setor, tornando o setor financeiro mais financeirizado colocando-o como agente global e moderno para os parâmetros da nova etapa do capitalismo. Como pode-se observar na citação de Schapiro abaixo:

Em primeiro lugar, entre 1995 e 2001, o número de bancos públicos estaduais foi reduzido de 32 para 14 e os bancos públicos federais foram objeto de programas de requalificação de seu ambiente de governança corporativa (Schapiro, 2010b, p. 267-274; Stalling & Studart, 2006; Cintra, 2006). Em seguida, em 1999, o Banco Central ganhou autonomia operacional (Decreto n. 3.088/99), passando formalmente a atuar em apartado das demais políticas econômicas e voltado apenas a perseguir a manutenção das metas de inflação. A terceira alteração ocorreu em 2001, quando a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi reformada, ganhando uma roupagem de ARI, como forma de robustecer a regulação do mercado de capitais. Finalmente, o setor financeiro assistiu ainda à constituição de um ambiente de autorregulação na Bolsa de Valores de São Paulo, que estabeleceu novos níveis de governança corporativa para as empresas listadas (Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado), reforçando assim os direitos dos investidores (Schapiro, 2010b, p. 267-274). Em boa medida, o incremento das atividades do mercado de capitais, entre 2005 e 2008, tem relação com esse movimento de privatização e de incremento da governança corporativa (Hansmann, Gilson e Pargendler, 2011). (SCHAPIRO, 2012, p. 38)

Tais transformações impactaram no mecanismo de financiamento da indústria, obras de infraestrutura e serviços, colocando o setor bancário como agente

de acumulação impactando em um aumento potencialmente maior das desigualdades que haviam sido parcialmente reduzidas no período anterior. Contudo, foram fortificadas pela crença de que boas políticas quando aplicadas tendem a ter bons resultados, *rule of law*, o que no pensamento do direito e desenvolvimento foi uma crença sempre presente inclusive no período anterior em menor medida, e que só foi e está sendo discutida no período presente aproximadamente das últimas duas décadas.

Não por acaso, o Banco Mundial, que desde a sua criação em Bretton Woods financiava prioritariamente obras de infraestrutura, como forma de garantir impulso econômico para os seus países-membros, alterou o destino de seus desembolsos nos anos 1990. A partir daí, o alvo preferencial de seus empréstimos passou a ser os programas de requalificação institucional, executados no ambiente doméstico pelos governos nacionais. Tais programas inscritos em sua agenda como programas *rule of law* têm representado uma das intervenções mais significativas do Banco, tendo consumido, de acordo com Trubek (2006, p. 74), cerca de US\$ 3 bi, em mais de 330 ações desta natureza. (SCHAPIRO,2012, p.40)

Também observa-se que não foi somente um processo nacional ou regional, e sim mundial, como bem cita Schapiro no trecho acima, sobre a mudança de gestão do Banco Mundial na alocação de seus investimentos e portanto de seus objetivos enquanto organização responsável por empréstimos e financiamentos para o desenvolvimento das nações em desenvolvimento mundo afora.

2.4 Considerações das duas abordagens

Dada essas mudanças, pode-se ver que o segundo período de desenvolvimento fez-se antagonicamente ao que se constituiu hegemônico no período anterior, sustentando-se numa tendência global e numa evidenciada participação de domínio ideológico na relação norte-sul com os Estados Unidos. Nos capítulos posteriores irei aprofundar com a contribuição de Marini os impactos desses dois períodos sobretudo do segundo.

O período de influência estruturalista da Cepal foi um momento de grandes transformações e de descobertas para as nações periféricas, inclusive do seu próprio entendimento enquanto periféricas e da sua participação no capitalismo global.

Muito daquilo que foi produzido pela Cepal foi aproveitado pela Teoria Marxista da dependência que surgiu da crítica da Cepal com o objetivo de combater as transformações que o Neoliberalismo realizou no período posterior, e com o objetivo também de desenvolver por fim um plano de superação da dependência de forma democrática, autônoma e solidária entre as nações que passaram pela relação colonial enquanto colônias.

Na obra utilizada como base do capítulo, Schapiro também desenvolve a leitura sobre um terceiro período, mais recente, chamado como novo desenvolvimentismo, concebido como um período de resgate das noções estruturalistas mas sem perder o foco também das noções do período neoliberal de desenvolvimento, rompendo com as noções de *rule of law* e abrindo-se para o experimentalismo, colocado por Schapiro como um novo respiro para a área do Direito e Desenvolvimento que se encontrava em descrença por conta da não obtenção de resultados satisfatórios com os períodos antecessores e que agora busca não um ponto de chegada, mas sim um ponto de partida, pautado nas especificidades de cada nação e região.

Para o presente trabalho irei desconsiderar o terceiro período por não caber no marco temporal desenvolvido pelo autor estudado no desenvolvimento deste trabalho, contudo quero ressaltar a importância de estudo desse período nos seus acertos e limites, assim como a importância de trazer os instrumentos de análise para a realidade atual sempre que pertinente e possível, colocando em vista o nosso marco temporal mesmo quando observando acontecimentos do passado.

Por fim, a contextualização aqui feita do período Cepal e do período Neoliberal serão de grande valor para o desenvolvimento seguinte, no qual Marini desenvolverá críticas em ambas leituras e em ambos períodos, cabendo a maior parte das críticas ao Neoliberalismo e ao processo de desenvolvimento do Capitalismo dependente, sendo as críticas a Cepal apenas um ponto de partida para

utilizar-se da análise marxista do Valor-trabalho em relação à Utilidade-marginal presente na obra Cepal.

Capítulo 3: Teoria do Desenvolvimento em Marini

Neste capítulo aprofundarei sobre a concepção de Desenvolvimento para Ruy Mauro Marini, ou melhor dizendo, quais suas contribuições para a formulação de uma Teoria do Desenvolvimento Brasileiro e Latino Americano dentro da condição de Dependência.

Para a organização da nossa leitura, faz-se necessário a adoção de alguns pressupostos que facilitarão a compreensão dos parágrafos e afirmações a seguir, criando uma base de partida em comum. Partilho dos seguintes pressupostos para melhor compreender a obra de Marini:

1. O capitalismo desde o seu início ocorre com tendências globalizantes, conectando e promovendo a expansão do modo de produção, admitindo as desigualdades no seu desenvolvimento como regra, sendo elas especificidades de cada nação ou conjunto de nações.
2. As condições de desenvolvimento do capitalismo em cada nação são *sui generis* e conectadas, podendo-se extrair elementos comuns quando se assemelham na sua formação.
3. Existe uma predominante relação de subserviência entre a América Latina e as nações Européias, adicionando-se também com destaque a relação norte-sul com os Estados Unidos no a partir do século XX.
4. Os acontecimentos são dinâmicos e cabe a quem analisa o olhar adequado de captar o fio condutor, colocando-se dessa maneira a importância do historiador econômico, diferente de uma visão institucionalista ahistórica.

5. Portanto, adota-se aqui uma visão processual e dinâmica da história, nos impedindo de traçar um caminho único e garantido para o Desenvolvimento, sendo em realidade uma ferramenta poderosa para compreender a jornada até o momento, o mundo em que vivemos e parâmetros na construção de um caminho a ser trilhado.

Estabelecidos os pressupostos da nossa leitura, acredito que terá uma redução de más compreensões de algumas sentenças afirmativas assim como uma base para adentrar no tema com um olhar mais atento, contudo, é válido e pertinente questionamentos que acredito serem melhor resolvidos no capítulo seguinte, sendo esse capítulo apenas uma introdução do assunto e apresentação de limites encontrados na obra de Marini que também são compartilhados pela Teoria Marxista da Dependência.

3.1 Origem e elementos da Dependência e seu desenvolvimento

O debate acerca da dependência é de fundamental importância no pensamento econômico brasileiro e latino-americano. Após anos de hegemonia do pensamento estruturalista da CEPAL dentro do debate acerca do desenvolvimento, ao final dos anos 50 o Brasil se deparou com uma grande contradição: ainda que o processo de modernização e desenvolvimento industrial avançasse, ele não promovia o desenvolvimento social esperado, mantendo altos níveis de desemprego e desigualdade. Soma-se a isso as crises econômicas e políticas do início dos anos 60, convertendo o otimismo cepalino em um ceticismo desesperançoso.

É neste contexto que surge a chamada escola da dependência. Esta escola, em contraposição ao pensamento cepalino buscava entender não apenas como se expressava a exploração dos centros desenvolvidos sobre as regiões periféricas, mas também como esta dominação externa se estruturava e se perpetuava a partir de relações de poder no interior da própria periferia. Para os autores desta escola, pode-se dizer que não haveria a possibilidade de um verdadeiro desenvolvimento no

capitalismo periférico, deixando como caminho apenas o desenvolvimento dependente e combinado. (DIAS, 2012, p.59)

Portanto, observa-se que a origem da escola da dependência, está estritamente conectada com as teorias desenvolvidas por um dos braços da ONU, a CEPAL, que dedicou-se à analisar a região da América Latina, compreender a relação de subdesenvolvimento e exploração em relação às zonas centrais do capitalismo, e a também desenvolver caminhos para a superação dessa relação, como por exemplo no Brasil se realizou Importações por troca de exportação para desenvolver e impulsionar o setor industrial, claro, encontrando suas dificuldades que abrem espaços para a crítica e construção da teoria da dependência nessas lacunas.

Diferente dos cepalinos, Marini interpretará a questão da deterioração dos termos de troca sob a lógica da teoria do valor trabalho em Marx. Nesta perspectiva, “o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam”. (MARINI, 1973 In: TRASPADINI e STEDILE, 2011, p. 144).

Essa observação de origem, é elemento crucial para compreendermos como os ideólogos e ideólogas elencaram suas preocupações e categorias de análise, assim como os obstáculos a serem transpassados.

Para Marini, as economias latino americanas, e neste caso, o Brasil, estão inseridas em uma estrutura de dependência em relação às economias centrais. Essas economias dependentes teriam tido um papel fundamental no processo de acumulação das economias centrais. A partir da divisão internacional do trabalho e da especialização das economias dependentes na exportação de produtos agrícolas, possibilitou-se que as economias centrais se especializassem em atividades industriais, deixando-se a mercê nas economias dependentes o fornecimento dos principais insumos de subsistência dos trabalhadores de suas indústrias.

Dessa maneira, houve uma divisão internacional das formas de exploração do Trabalho nas nações capitalistas, explorou-se em larga escala o Mais-Valor absoluto nas nações periféricas enquanto explorou-se o Mais-valor Relativo nas nações centrais do capitalismo. Não que não haja combinação dos dois tipos em ambas

categorias de nação, mas no agregado é o que se observa ao longo do processo histórico, por isso também os estudos das formas da propriedade agrária nos países periféricos é tão sensível à realidade.

Outro elemento para se destacar, é que tal divisão não só permitiu e permite o desenvolvimento industrial e tecnológico das nações centrais, mas como também é uma contratendência à tendência global da queda da Taxa de Lucro, principal fator das crises capitalistas. Pois como foi apontado, a exploração a partir do Mais-valor relativo generalizada nos países centrais, possui uma contradição que é a tendência à queda da Taxa de lucro.

Segundo Marini, a busca pelo aumento da produtividade está relacionada à obtenção de um lucro extraordinário decorrente de uma maior produção em relação ao seu setor, mantendo a taxa de exploração do trabalho constante. Quando a tecnologia que permite este aumento de produtividade se generaliza, ela ainda não necessariamente contribui para o incremento da exploração do trabalho.

Na verdade, ao diminuir o valor social da unidade da produção, este aumento da produtividade resultará numa diminuição da mais valia. Entretanto, se a redução do valor social das mercadorias afeta os bens que compõem o salário, aí sim haverá uma redução do valor da força de trabalho, aumentando a parcela de trabalho não pago. Assim, “a mais-valia relativa está ligada indissolavelmente, portanto, à desvalorização dos bens-salário, para o que contribui, em geral, mas não necessariamente, a produtividade do trabalho.” (MARINI apud TRASPADINI e STEDILE, 2011,p. 139).

Esses elementos elaborados por Marini resumem boa parte de sua obra e contribuições teóricas, omitindo aqui outros elementos de importância que serão trabalhados no capítulo seguinte do trabalho, assim como contribuições práticas de sua militância que estarão ausentes mas que foram importantes para a evolução de suas ideias.

Concluo a seção do capítulo destacando em tudo isso uma limitação da Teoria marxista da Dependência no que concerne a suas propositivas para uma elaboração política de uma Teoria do Desenvolvimento, diferente do que era esperado no início da pesquisa.

3.2 Limitações da teoria na construção de um projeto de Desenvolvimento

A teoria da dependência marxista, como foi concebida e elaborada principalmente por Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, encontra o seu grande limitador na própria realidade dos países Dependentes do capitalismo. Os países dependentes encontram-se com pouca ou em alguns momentos históricos até nula capacidade de colocar em prática um projeto de superação da realidade de Dependência.

Tal situação nos apresenta uma problemática, para a filosofia marxista, a práxis é peça fundamental para uma elaboração teórica. Visto que o Marxismo se funda na filosofia material e não ideal das ideias.

Portanto, cabe aqui apontar que se faz impossível apresentar, diferentes de outras teorias que existem no mundo ideal das ideias, uma receita para a superação da dependência, que “seria” a Teoria de Desenvolvimento para a escola.

Contudo, esse limitador não nos impede de olhar com atenção elementos que podem orientar para uma elaboração de Teoria de Desenvolvimento. Tais elementos podem se apresentar por vezes datados, quando se analisam textos de conjuntura do passado. Aqui mais uma vez cabe a capacidade de análise do historiador econômico ao observar atentamente as tendências e fio condutor assim como elementos que persistem ao longo do tempo. De acordo com Caio Prado Jr:

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido”. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. É isto que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história

de um povo, seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja. Tal indignação é tanto mais importantes e essencial que é por ela que se define, tanto no tempo como no espaço, a individualidade da parcela de humanidade que interessa ao pesquisador: povo, país, nação, sociedade, seja qual for a designação apropriada no caso. É somente aí que ele encontrará aquela unidade que lhe permite destacar uma tal parcela humana para estudá-la à parte. O sentido da evolução de um povo pode variar; acontecimentos estranhos a ele, transformações internas profundas do seu equilíbrio ou estrutura, ou mesmo ambas estas circunstâncias conjuntamente, poderão intervir, desviando-o para outras vias até então ignoradas. (PRADO,2011, p.7)

O fio condutor que centraliza todos os elementos “secundários” para a Teoria Marxista da dependência, é a condição formal de subserviência entre duas ou mais nações independentes na qual as condições de produção são modificadas ou recriadas para garantir a reprodução ampliada da dependência. (Marini, 1973)

Feitas essas observações que serão devidamente aprofundadas no capítulo seguinte, dedico a última seção do capítulo segundo para destacar e comentar alguns trechos que podem nos servir de guia para uma elaboração da Teoria do Desenvolvimento de superação da condição de Dependência e não da sua reprodução ampliada.

3.3 Alguns elementos na construção da Teoria de Desenvolvimento encontrados em Marini

Destaca-se nesta seção que na ausência de uma Teoria de Desenvolvimento, o Socialismo na sua expressão abstrata toma conta das propositivas políticas para o Desenvolvimento dentro da obra de Marini, assim como o conceito de Poder Popular e Democracia que embora apresentem alguns critérios objetivos ainda se demonstram demasiados abstratos para se formular uma teoria dentro da obra.

No intuito de trazer uma melhor organização para os debates dispersos em meio a obra, resgato aqui uma grande contribuição da autora chilena, Marta

Harnecker, que sintetizou muito bem os ensinamentos de Vladimir Lênin sobre a Tática e Estratégia política na construção do Socialismo, apontado por Marini como o caminho para o desenvolvimento. Tendo como base as sínteses do que se entende como Tática e estratégia, pode-se compreender melhor os trechos e alocá-los dentro de seus respectivos papéis assim como avaliar suas validades e coesão.

Da Estratégia:

São tarefas da estratégia revolucionária: a) definir corretamente os inimigos da revolução, tanto os inimigos estratégicos quanto os imediatos. Avaliar suas forças e sua estratégia provável. Aproveitar ao máximo as contradições entre os inimigos da revolução; b) determinar corretamente a força dirigente da revolução, suas forças motrizes e seus possíveis aliados; c) construir o exército político revolucionário, isto é, articular essa aliança, ou aglomerado, ou bloco de forças sociais capaz de levar adiante a revolução até a vitória. Elaborar os planos para incorporar à revolução a setores cada vez mais amplos da população. Concentrar essas forças contra o inimigo imediato. Determinar o elo decisivo que permitirá atrair para si todo o conjunto, indicando o ponto central para o qual deve convergir e em torno do qual deve se condensar toda a multiforme atividade da vanguarda; e) determinar a via mais provável do desenvolvimento da revolução. (HARNECKER,2012, p.70)

Da Tática:

Depois do que foi dito anteriormente, podemos agora definir o que entendemos por "tática revolucionária": é o conjunto de orientações concretas formuladas para pôr em prática a estratégia revolucionária em cada nova conjuntura política.

São questões táticas: a) as formas de organização que tanto a vanguarda quanto as massas devem adotar; b) as formas e os métodos de luta a serem empregados; c) a forma concreta como são aproveitadas as contradições que surgem dentro do aglomerado de forças inimigas; d) as formas de agitação e propaganda destinadas a promover a realização das tarefas determinadas. O conteúdo das palavras de ordem políticas tem aqui um papel fundamental.

Agora, a vanguarda revolucionária, para fixar sua tática, deve levar em conta, entre outras coisas: qual é a forma específica de atuação do inimigo; qual é o estado de ânimo das massas; qual é a correlação de forças disso resultante em cada nova situação; qual é a capacidade da vanguarda de realizar determinadas tarefas.(HARNECKER,2012, p.114)

Tendo ambas as definições, pode-se expressar de forma sintética que a tática se encarrega da parte enquanto a estratégia se desembara no todo, cabendo aqui a devida coerência em adaptar e se aplicar conceitos de guerra dentro da arte da política na formulação de um projeto de Desenvolvimento.

Para Marini, a democracia e a participação popular tem papel fundamental na construção do Socialismo, contudo ele destaca que são conceitos que se desenvolvem ao longo do processo histórico de forma autônoma e desigual. Pode-se observar nos trechos destacados a seguir que a relação pode-se aproximar ou distanciar na medida que decorrem os processos dinâmicos da sociedade e na relação de força das classes, podendo a Democracia ser subutilizada inclusive dentro do processo Socialista em contextos nos quais a burguesia se apresente tão forte como adversária de guerra ou a ideologia burguesa em choque com o nível de consciência médio se apresentem como limites das transformações.

Na história das idéias, socialismo e democracia não têm a mesma origem, nem tendem a necessariamente a uma identidade. Tanto Platão quanto Saint Simon foram capazes de imaginar sistemas socialistas de caráter marcadamente autoritário, da mesma forma como a ideologia burguesa, mesmo em suas expressões mais avançadas, pode trabalhar a questão da democracia sem vinculá-la ao socialismo. (MARINI,2005, p.207)

Para Marini, o nível mais elevado de democracia deve sim estar associado ao socialismo pois esse apresenta a qualidade de máxima participação política por basear-se na caracterização coletiva e não individual da propriedade dos meios de produção de valores necessários para a reprodução da vida. Contudo, ainda aponta uma dissociação em relação a equidade econômica.

Em sua expressão superior, ou seja, como governo das maiorias, a democracia supõe o socialismo, na qualidade de modo de organização social que, por se basear na propriedade coletiva dos meios de produção, assegura a igualdade política à massa de produtores - ainda que, como destaca Marx, não lhes garanta, ainda, a igualdade econômica. Outro elemento: a democracia plena não somente tem o socialismo como premissa, mas conduz a ele. (MARINI, 2005. p.208)

Também destaco no trecho abaixo a interpretação de Marini, que ainda que possua relação direta entre os conceitos de Socialismo e Democracia, estes ainda possuem seu próprio desenvolvimento. Essa constatação serve para compreender e encaixar as assimetrias históricas que podem ser selecionadas ao longo do tempo na interpretação de Marini dos fatos.

Enquanto relação dialética, as realidades que nesses conceitos se inscrevem, ainda quando mutuamente determinadas, possuem vida própria, podendo desenvolver-se de maneira assimétrica e até contraditória. É assim que, no curso da revolução proletária, nos deparamos com situações nas quais a defesa do socialismo se fez às custas da democracia(o comunismo de guerra soviético, de 1918 a 1921, por exemplo), ou as exigências da democracia impuseram limites à socialização(Nicarágua sandinista). (MARINI, 2005, p. 208)

O Estado nação possui um papel de suma importância para orientar as transformações sociais necessárias, devendo esse operar de forma doutrinadora em consonância com a vanguarda revolucionária elevando o nível médio de consciência da população. (MARINI, 1993)

Contudo, isso em contraposição ao papel coercitivo do Estado nação no regime capitalistas, que opera suas leis como imperativos da ordem, tendo como resultado a punição para aqueles e aquelas que as descumpram, e por muitas vezes abrindo mão de suas próprias diretrizes para fazer valer o império da força e o controle social.

De acordo com Marini, a lei na visão leninista deve possuir um caráter educativo, sendo não só um imperativo, mas antes de tudo um preâmbulo repleto de

diretrizes para o bom ordenamento e contendo justificativas para o mesmo, abrindo assim um diálogo de leitura e reflexão por aqueles e aquelas que participam da construção das leis ao mesmo passo que as cumprem e a fazem valer na realidade do dia a dia. Dizendo de outra maneira, libera-se do caráter coercitivo para qualificar-se pela pedagogia. As palavras convencem, mas o exemplo arrasta.

A lei não poderia existir em um regime em que todos fossem iguais e em que ninguém tivesse o direito de impor qualquer coisa ao outro. Para que ela exista é necessário que a tomada de decisões em uma sociedade não se distribua equitativamente entre os indivíduos e as classes que a compõe - o que não se relaciona, de forma alguma, com a igualdade de todos perante à lei, noção que a revolução proletária herda da revolução burguesa.

Democracia e igualdade política não são, portanto, idênticas. A democracia implica desigualdade no plano da tomada de decisões e leva necessariamente a um modo de dominação. A especificidade da democracia socialista reside no fato de que a dominação tende a se exercer predominantemente mediante a persuasão e não pela coerção.

É por esse motivo que, para Lênin, a lei não é um mero imperativo que implica uma sanção(como ocorre na democracia burguesa): é, sobretudo, enquanto meio de ação da democracia socialista, um elemento educativo que propõe objetivos e que os explica cabendo ao Estado(e ao partido) aplicá-los mediante a persuasão. A lei ideal na democracia socialista é aquela que contém mais preâmbulos que artigos e que serve de ferramenta aos agitadores e propagandistas para induzir comportamentos revolucionários. No limite, a lei não é senão uma forma mais desenvolvida de educação política. (MARINI,2005, p.211)

Ainda segundo Marini, o Estado que pode ser espaço de negociações entre a classe operária e a burguesia, na América Latina encontra portas fechadas diferenciado-se portanto de exemplos de mediações feitas entre a classe trabalhadora e a burguesia em nações centrais do capitalismo.

Para Marini, a condição de dependência opera criando um impedimento para a burguesia em estabelecer mediações quando ocorre o avanço de forças da classe operária, pois a burguesia dependente tem subordinação direta ao imperialismo que

opera sem abrir restrições. Para Marini, nas regiões dependentes a polarização de classes se apresenta de forma mais intensa na disputa entre ascensão do Neoliberalismo e a desnacionalização com perda de funções do Estado versus a autonomia popular e a capacidade de um desenvolvimento da região, negando qualquer possibilidade de aliança no curso da história.

A democracia socialista, que rompe com individualismo burguês e se assume como expressão da luta de classes, renuncia também á mistificação ideológica como instrumento de dominação, Vimos a dura franqueza que reina no seio da aliança operário-camponesa, baseada no interesse comum de acabar com a opressão e a exploração, mesmo que nessa aliança subsistam, ainda, divergências sobre os interesses imediatos de classe. Com relação à burguesia, classe com a qual não compartilha nenhum objetivo histórico e da qual lhe separa seu interesse geral de classe, o proletariado não pode praticar uma política de aliança: ao contrário, está obrigado a submetê-la pela força, pela coerção, a seu projeto de sociedade. Entende-se, pois, que, em uma época em que a correlação mundial de forças a favorece, a burguesia se oponha firmemente aos movimentos nacionais de revolução socialista, por intermédio do fomento à resistência interna e à agressão exterior. Nesse contexto, a dualidade democracia-ditadura, tal como formulada por Lênin, tem vigência. Persuasão e coerção se apresentam, nessa perspectiva, como duas linhas claramente diferenciadas, pólos opostos e complementares da ação estatal. (MARINI, 2005, p.214)

Marini finaliza sua crítica ao Estado e a dualidade entre os conceitos de Democracia e Socialismo exaltando os processos que ele observava na época da publicação e estabelecendo uma cisão ao que ele entendia como autoritarismo nos processos revolucionários anteriores, colocando grande esperança na autonomia dos povos em detrimento da centralidade do partido comunista.

Cabe aqui notar uma demasiada esperança na auto organização dos povos que não se consolidou no curso do tempo, pode-se interpretar que a falta de uma Estratégia e Tática organizadas em uma Teoria de Desenvolvimento e um projeto para a nação foram elementos faltantes que terminaram na sua ausência por limitar a ascensão de um novo regime. Sendo essa uma das maiores lacunas da Teoria

marxista da dependência ao longo do seu desenvolvimento teórico e prático. No trecho logo abaixo fica evidente a esperança e esforços postos por um modelo descentralizado de posse e uso dos meios de produção, eximindo o Estado e a centralidade política do mesmo, passando o domínio às massas operárias. Também destaca-se uma visão positiva da utilização de pautas materiais que até então se encontravam distanciadas do mundo do trabalho.

O controle operário, a co-gestão e a autogestão das empresas; a luta eleitoral e a participação no Parlamento e nos governos locais; a participação e o controle popular sobre as políticas orçamentárias, educacional, de saúde, de transporte público, junto à reivindicação de uma maior autonomia regional e local; a democratização dos meios de comunicação e o rechaço à censura; a crítica às desigualdades de base econômica, étnica ou sexual: esses são alguns dos instrumentos que as massas estão utilizando, em todos os lados, para defender seus interesses, elevar sua cultura política e amadurecer seu espírito revolucionário. É por essa via que as massas estão se capacitando para - diferentemente do que ocorreu até o momento nas revoluções socialistas - assumir, elas mesmas, a direção do processo de transição socialista. O que, no final das contas, é a única garantia de seu êxito. (Ruy Mauro Marini, 2005, p. 219)

4. Concepção de Instituição para Ruy Mauro Marini

Como introduzido e desenvolvido nos capítulos anteriores, não existe um tipo de Instituição jurídica ideal, ou melhor dizendo, não existe padrão de quadro institucional ideal. Mas, um conjunto de quadros institucionais correspondentes para cada modelo de Teoria de desenvolvimento apresentado.

Ou seja, ao construir um modelo de desenvolvimento constituído a partir de uma base teórica, adiciona-se um grau de relevância para a conformação de um quadro institucional, e explana-se como esse deve ser e se comportar para atingir o desenvolvimento.

Portanto, apresentam-se critérios objetivos desenvolvidos em cima de pressupostos subjetivos, que podem ou não ser pautados na realidade concreta.

Como aqui, estou tratando de um autor ligado à base teórica do Marxismo, apresento os pressupostos do marxismo como base de saída, meio e chegada do desenvolvimento. Aplicando um determinado grau de importância para o quadro institucional, o que ele é, qual é, como se desenvolve, e qual deve ser. Dentre outras questões igualmente pertinentes que nos ajudam a delinear e aprofundar a caracterização.

Dentro da obra analisada de Ruy Mauro Marini, nota-se uma atuação do quadro institucional dividido em dois papéis. O primeiro, trata-se da análise da realidade, ou em que mundo vivemos, desencadeando o quadro institucional capitalista ao longo do período colonial e suas consequências na formação econômica, cultural, social e política de cada país e região. O segundo trata-se da mudança institucional necessária para o desenvolvimento da democracia e soberania no que concerne também aos aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos que na análise anterior se apresentam subjugados pela relação de dependência.

Dito isso, pode-se afirmar que Ruy Mauro Marini está de fato olhando para o papel das Instituições, melhor dizendo, para o papel do Estado e dos agentes sociais alocados em classes sociais dentro da ótica marxista de análise. O fato de não utilizar-se dos jargões da literatura tradicional dos estudos institucionais, da área de Direito e Desenvolvimento, não significa portanto que ele não trate do tema, e sim que ele desenvolve por outro lado e por aspectos, como dito de início, cada modelo de desenvolvimento aponta diretrizes diversas. Com isso, também afirmo que a crítica tradicional de que marxistas não tratam do objeto de estudo “Instituições” tem como elemento, em partes, a ignorância da obra criticada. Por falta de um olhar mais amplo dos diversos caminhos que o desenvolvimento pode tomar, partir e chegar, causando uma leitura de que ao não seguir os caminhos tradicionais ou esperados, está se falando de outro assunto ou diminuindo a importância, quando em realidade apenas se está desenvolvendo de forma diversa.

Com essa contextualização, sigo ao desenvolvimento do principal tópico do capítulo, iniciando com uma citação de Marini sobre o objetivo final colocado por ele como proposta viável de ruptura do subdesenvolvimento.

A tarefa central da esquerda latino-americana consiste em formular uma alternativa viável a esse projeto, desenvolvendo-o com as massas. Nesse contexto, é necessário resgatar as conquistas históricas que as massas têm alcançado, no seio da sociedade burguesa, e consolidar novos institutos jurídicos e normas de vida que correspondam à uma sociedade superior. (Ruy Mauro Marini, 2005,p. 229)

No trecho, destaco “institutos jurídicos e normas de vida que correspondam à uma sociedade superior”. Pode-se entender disso a preocupação em não apenas idealizar um ponto final, mas apontar o caminho para uma mudança da realidade por meio não só, mas também de uma mudança institucional que modifica o desempenho econômico, consolida a autonomia política e potencializada as expressões culturais dado o arranjo social sui generis de cada nação.

Também destaco a frase “desenvolvendo-o com as massas”. Apontando a necessidade da conexão entre a população, o povo, e as instituições geradas para a transformação. Sendo essas instituições e organizações geradas, fruto de um processo não só idealizado por intelectuais e militantes da esquerda latino-americana, mas também reconhecidos e desenvolvidos por pessoas comuns, fora do circuito de poder da sociedade burguesa, que devem ver nesse processo a capacidade que possuem de exercer o poder e a autonomia. Fortalecendo em simbiose a validade e poder das instituições, sanando um dos problemas tradicionais do estudo Institucionalista, que é o enraizamento das instituições e a interação dela com os agentes e organizações.

Caracteriza-se assim, o dever e papel das Instituições para Marini, o dever de transformar e o papel de parte de um projeto político, negando a ideia já citada da visão tradicional que aponta ausência desse objeto na literatura marxista. Porém, é necessário aprofundar mais, é necessário entender quais são as Instituições, se existe um ordenamento entre elas, no que diz respeito à importância de cada uma, qual o grau de relevância delas com o todo do projeto de transformação para a

“sociedade superior” e definir de forma mais objetiva possível o que elas são para o autor.

Para essa tarefa, com o objetivo de ser o mais organizado o possível, visto que não é posto de forma explícita pelo autor, por se tratar de uma literatura não propriamente Institucionalista, e por se encontrar os apontamentos de forma dispersa ao longo da obra. A organização se dará da seguinte forma, primeiro farei uma contextualização histórica seguida da apresentação esmiuçada dos mecanismos de troca de Valor constituídos e que são o alicerce para as operações da Instituição Estado, segundo de análise e proposições do Desempenho econômico do Estado Américo Latino, e por último uma interpretação do impacto social e cultural na construção do Estado. Acredito que essa organização dará uma visão mais objetiva.

4.1 Política de superexploração e dependência

Adentramos aqui no aspecto histórico do Estado brasileiro e de forma mais geral na conformação do Estado na região da América Latina. Para Marini, diferente da visão ahistórica tradicional do institucionalismo fruto da ideologia neoclássica, o período histórico ocorre em processo, tendo avanços e recuos tendo como referência uma outra sociedade superior, como já citado.

O Estado na América Latina tem como sua origem a relação colonial, na qual uma metrópole detinha o território da colônia, ocupando e a explorando de acordo com a política e interesses da metrópole. Portanto, a construção do Estado se deu de fora para dentro, ao contrário das riquezas que foram saindo de dentro para fora da região atendendo à uma crescente necessidade de metais no mercado mundial, como ouro e prata, facilitando e aumentando a capacidade de trocas comerciais entre as nações centrais do desenvolvimento capitalista. Aqui, destaco que o Estado das colônias já era um Estado capitalista, pois estava conectado ao capitalismo global e desse participava de maneira ímpar. Diferente do que parte da literatura marxista incorre, ao afirmar um “pré-capitalismo”, considerado um desvio

da realidade por Marini.

Esses desvios nascem de uma dificuldade real: frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras - nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras - como deformações. Não é acidental portanto a recorrência nos estudos sobre a América Latina a noção de “pré-capitalismo”. O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectivas do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional. (Ruy Mauro Marini, 2005, p. 138)

O acúmulo metálico de ouro e prata para as metrópoles permitiu não só o aumento das trocas comerciais visto o aumento dos meios de pagamento, mas pode-se afirmar que ali estavam condições para o desenvolvimento industrial europeu e bancário europeu, assim como o caminho para a grande indústria. Com a independência dessas nações coloniais, diferente do que é colocado como institucionalmente necessário por Marini, as nações se articularam com as antigas metrópoles, com grande destaque para o Reino Unido, e se distanciaram uma das outras. Com isso, pode-se dizer que a independência constituiu uma dependência, dependência essa de mão dupla. Da demanda global por mão de obra intensiva, matéria prima e mercado para escoar a produção industrial que supera os limites internos, e a dependência por mercadorias com maior valor agregado, mas não só isso.

Nessa origem, Marini expõe sua crítica ao autor Andre Gunder Frank que também desenvolve a Teoria da dependência, tendo como uma das contribuições a e renomada e precisa fórmula “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. A crítica consiste na originalidade da Dependência, para André Gunder Frank, o período colonial e a dependência se misturam, visto que apresentam-se no processo

histórico como uma continuidade. Contudo, a continuidade não exclui a originalidade de outro, sendo a dependência uma mudança qualitativa em relação ao período colonial, cabendo então encontrar essa originalidade para a caracterização mais precisa.

Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (Segundo Marini, 2005 p.143)

Tal compreensão da dependência nos permite compreender o processo como um arranjo institucional que tem como marco inicial o processo de independência, porém partindo já de uma formação econômica, social e política do período colonial. Mais do que isso, em contraposição ao modelo liberal individualista, que analisa e molda arranjos estritamente dentro de apenas um território, com elementos micro, seja de agentes ou de aspectos, essa compreensão da dependência nos dá o potencial de não só olhar a parte, mas também o todo do processo no capitalismo, cada vez mais globalizado e estreitamente conectado, para o bem e para o mal. Enriquecendo assim a nossa ferramenta de análise e compreensão da realidade, permitindo maior autonomia e capacidade de ação transformadora como agentes históricos em movimento.

Com esse olhar em mente, é possível observar os países do chamado capitalismo avançado, desenvolvido, e entender como não seria possível tal desenvolvimento sem o subdesenvolvimento complementar em outras nações, apresentando assim o subdesenvolvimento não como uma fase prévia do desenvolvimento, mas sim como um processo que ocorre lado a lado e de forma

complementar, um não sendo possível sem o outro. Como no trecho que destaco a seguir, Marini destaca a relação histórico entre o subdesenvolvimento de alguns para o desenvolvimento de outros, diferenciando-se da crença Ricardiana do comércio internacional que justifica os benefícios absoluto das vantagens comparativas ou da crença Smithiana no que tange a especialização do comércio e suas vantagens absolutas.

A criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes, e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional. De fato, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial. No caso da industrialização européia, o recurso à simples produção agrícola interna teria bloqueado a elevada especialização produtiva que a grande indústria tornava possível. O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Isso foi o que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas. (Ruy Mauro Marini, 2005 p. 142)

Seguindo a leitura do processo, coloca-se a função não só de grande ofertadora de produtos agrícolas para a América Latina, mas também de exportadora de matérias-primas para a crescente grande indústria européia que aumentava exponencialmente sua demanda por insumos. (Marini, 1973)

O aumento da crescente classe operária nos países centrais do capitalismo e o aumento imensurável da sua produtividade deslocam o eixo da qualidade da exploração do trabalho capitalista nessas nações, deslocando-se do mais-valor absoluto para o mais-valor relativo, tendo como centro da exploração do trabalho a capacidade de produtividade do mesmo, do que a exploração do trabalhador. Tal mudança qualitativa também só foi possível pela participação da América Latina na

sociedade Européia. (Marini, 1973)

Contudo, essa transformação tem suas contradições, ao passo que a massa de mais-valor na Europa tem como eixo o mais-valor relativo, esse se dá com o aumento da exploração do mais-valor absoluto nas economias dependentes. Como Marini destaca, é um mecanismo que se cria com a troca desigual de Valor, enumerando uma série de compensações internas para as economias dependentes e no acúmulo de Valor para as economias centrais garantindo a elas uma elevação da sua qualidade. Não confundindo elevação e mudança de qualidade como melhora, e sim como transformações na sua qualidade, característica, essência e etc.

O desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter a nossa atenção. Fosse uma fase de transição, as economias latinas tendo contribuído com a transformação qualitativa na exploração do Trabalho no processo Europeu, teriam também o seu momento de passagem do mais-valor absoluto para o mais-valor relativo, substituindo a intensificação da força de trabalho pelo aumento da composição orgânica do capital como modo de exploração. Contudo, o que se observa é uma profunda contradição, a qual impede a transição no modo de exploração do Trabalho na América Latina, ou melhor, uma contradição que apesar do aumento da composição orgânica do capital, sobretudo em setores ligados à exportação, não supera a intensificação da exploração do trabalhador que se agrava a cada ciclo de crises do capital. O segredo por trás das trocas desiguais, não está no simples caráter da mercadoria agrícola ou manufaturada, o que está em jogo no mercado internacional das trocas, em sua essência, são trocas de Valores. (MARINI, 1973 p. 10)

A burguesia dos chamados capitalismo avançados opera numa relação de cooperação subordinada com as burguesias periféricas, na qual os termos de troca são desiguais, tendo uma transferência de mais-valor das nações periféricas para as nações centrais, minando assim a massa total de lucro das burguesias internas nas nações subdesenvolvidas. A pulverização de grande parte do lucro na transferência

de mais-valor, em termos marxistas entendido como mais-valor extraordinário, fruto da exploração da burguesia pela própria burguesia, coloca como imposição para a burguesia interna da periferia o desafio de redução de custos, o que impacta diretamente na reprodução ampliada do capital, ou seja, nos investimentos em formação bruta de capital fixo. Também, coloca-se aqui a necessidade de salários exacerbadamente abaixo do nível de produtividade da força trabalho, intensificando a exploração do trabalhador e a redução dos custos totais da produção. Além, é claro, da própria intensificação da jornada, sobretudo na flexibilização do Estado neoliberal no que se diz à respeito das normas trabalhistas.

Tal engendramento, não pode ser visto de forma moral, avaliando a burguesia interna das nações periféricas como atrasada ou mesquinha à aderir formas de exploração “atrasadas” tendo como referência as nações centrais. Deve, sim, ser visto como uma obrigação para exercer a concorrência.

Sem essa adoção de fatores a concorrência se encontra em maior disparidade, contudo a adoção desses fatores coloca-nos em um ciclo de desenvolvimento do subdesenvolvimento, impedindo um salto qualitativo da estrutura mais longínqua da América Latina até então.

Essa estrutura, é categorizada por Marini como sendo a “superexploração do trabalho”, conceito esse profundo e se destacando como uma de suas grandes contribuições para a compreensão do funcionamento das Instituições na América Latina e no seu espelhamento nas nações desenvolvidas. Segundo Marini, a superexploração do trabalho é um mecanismo interno de compensação que se cria com o comércio internacional e a troca desigual de Valores.

Vimos que o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valor, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. (MARINI, 2005, p. 163)

Destaco nos dois trechos logo abaixo a expressão esperada do comportamento e das características da rotina de um trabalhador médio nas economias dependentes, sendo as economias centrais o seu oposto, na média.

Marini resume em três elementos, a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada e a subtração de parte do trabalho necessário para repor a sua força de trabalho (trabalho necessário despendido no tempo $t=1$ para que seja possível trabalhar no tempo $t=2$).

Cabe também notar aqui que a elevação da exploração nas economias dependentes não subtrai a exploração nas economias centrais, e sim a sua mudança de caráter no agregado, cabendo as duas formas de exploração em ambas as economias, assim como a permanência de formas de exploração anteriores ao modo de exploração capitalista, sobretudo nas economias dependentes que apresentam uma maior quantidade de características de modos de produção antecessores, como por exemplo a escravidão.

Pois bem, os três mecanismos identificados - a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho - configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro. (Ruy Mauro Marini, 1973, p 22)

Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente,

provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho remunerado é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. Ruy Mauro Marini ,1973, p.23)

4.2 Desempenho Econômico

No período pós segunda guerra mundial, no qual muitas nações se descobriram independentes em um processo de descolonização, essas passam a ter em partes a dimensão do abismo que existia entre elas e as nações centrais desenvolvidas do capitalismo no que se diz a respeito das riquezas materiais, causando tensões internacionais. A Organização das Nações Unidas, responsável por disciplinar e orientar as nações, vendo a situação e calculando o risco das nações tomarem caminhos autônomos em relação ao seu destino, sobretudo econômico, as encoraja na criação de teorias para explicar e justificar as disparidades, dando origem às comissões econômicas regionais da Nações Unidas, tendo a Cepal, na América Latina, como a mais atuante.

A explicação dada pela Cepal para justificar a desigualdade existente, estava relacionada aos mecanismos de troca internacional, no qual os países subdesenvolvidos produziam e trocavam mercadorias de baixo valor agregado, em sua essência matérias primas, por produtos de maior valor agregado, manufaturados. A ONU e a Cepal apontavam que essa situação era uma situação passageira que existia como uma fase para levar desenvolvimento, preconizando a industrialização que viria a resolver os problemas econômicos e conseqüentemente sociais das nações subdesenvolvidas, apaziguando as tensões.

Porém, o Estado protecionista que prometia por meio da Industrialização resolver os problemas, teve nas décadas seguintes uma grave crise econômica que não tardou em retomar as crises sociais existentes. A solução construída dentro do circuito de poder da classe dominante foi a imposição de ditaduras militares para a

região, com a justificativa de recuperar a situação de crise econômica e resolver os problemas sociais.

Contudo, os regimes militares foram orientados por uma política de desnacionalização e entrega do Estado para os domínios das nações centrais, sob um discurso de modernização que permaneceu nos períodos de redemocratização do Estado dando origem ao Neoliberalismo na América Latina, em meio a Globalização.

Com esse breve contexto, observa-se a presença da discussão sobre o papel do Estado para guiar a economia e a economia como correlacionada à estabilidade ou caos social. É justamente nesse período que surge a teoria da dependência. Para Marini, existe nesses acontecimentos um grave retrocesso do quadro Institucional, no qual o Estado da Cepal que guardava verdade objetivas acerca das trocas desiguais, por mais que não debate-se essencialmente o fenômeno como um todo, é descontinuado pela desnacionalização iniciado no período militar e seguido na redemocratização. Aponta-se a partir disso a função econômica do Estado para Marini, que deve proteger e desenvolver a indústria nacional elevando o grau tecnológico da nação que ficou extremamente defasado após a exposta série de acontecimentos.

De acordo com Ruy Mauro Marini:

A economia internacional passa atualmente por uma transformação que resulta, no essencial, do notável avanço da microeletrônica, da aplicação da informática ao processo de produção, do desenvolvimento da indústria aeroespacial e das telecomunicações, da fabricação de novos materiais e das inovações que se estão verificando no campo da biotecnologia. Não participar dessa transformação é aumentar o subdesenvolvimento, ampliando a brecha que nos separa das condições em que produzem e vivem os povos do mundo desenvolvido. (Ruy Mauro Marini, 2005,p. 223)

No período de 1982 e 1991 houve uma grande transferência de líquida para o exterior, tendo aumento em 1/3 das exportações nacionais, contudo as divisas angariadas não pertenciam ao território nacional e foram devolvidas como remessas

de renda ao exterior, tendo uma redução de 40% da nossa capacidade de importação per capita. Também observa-se a diminuição da dinâmica do mercado interno, com a crise estendida e estagnação em toda a região da América Latina , somando à isso a concentração de renda. (Marini, 1992)

Por conta dessa situação de níveis de industrialização encontrados nas economias dependentes, que se encontram em grande déficit tecnológico em relação às economias centrais, tendo portanto uma disparidade abismal de competitividade. Para Marini se faz necessário uma superação conjunta, estabelecendo então um esforço coletivo das nações dependentes, sendo um desafio não mais individual visto o tamanho do abismo. Como aponta Marini:

É necessário um grande esforço para reverter essa situação. Ela passa pela reunião de forças, a fim de se ter o peso suficiente para influir nas decisões internacionais. A integração regional, como base para o relacionamento com os blocos econômicos em formação e com os organismos internacionais, é por isso fundamental. (MARINI, 2005, p. 224)

Contudo, como também bem pontuado por Marini, essa integração não deve ser apenas em níveis estritamente econômicos, visto que é um debate do conjunto da sociedade. Aqui é colocado o Capital como uma relação social que produz e se reproduz, e não como um elemento econômico.

Mas não se pode fazer isso ingenuamente. A verdadeira integração econômica só será possível com a delegação de atribuições estatais à órgãos supranacionais, em maior ou menor grau, desde a política tarifária, monetária e fiscal, até as que se referem às questões laborais, educacionais e culturais. (MARINI, 2005,p. 224)

Também é reforçado por meio dos trechos destacados, a noção coletiva das transformações e das conexões estabelecidas entre classes sociais e os Estados. Diferenciando-se da concepção individualista apontada pelas teorias neoclássicas, Marini dirige sua lupa de análise para a esfera mais ampla da sociedade, abarcando a solidariedade e consciência da classe explorada como motivação para a cooperação e trabalho unitário, sendo esse um ponto importante e crucial para a superação da dependência.

Só é possível superar a dependência de forma ampla e coletiva, reunindo forças além das forças tradicionalmente mobilizadas, portanto é um desafio visto que não está posto a consciência de classe como dada, camuflada pela concepção de ideologia como conjunto de ideias da classe dominante que exercem o poder substituindo a essência pela aparência.

Coloca-se também em destaque a atribuição estatal ampla, para órgãos supranacionais que cumpram uma função distinta do Banco Mundial, FMI e organizações responsáveis por subtrair a autonomia, fixando acordos de longo prazo travando a capacidade de atuação do estado nacional na América Latina.

As políticas desenvolvidas pelos órgãos ultrapassam a esfera de desempenho econômico, entendendo que o desempenho global da nação está atrelado a outros parâmetros, por exemplo os indicadores educacionais, tão importantes para desenvolver a criatividade que é essencial para a democracia e no que se diz ao desempenho econômico, estar à par das inovações tecnológicas e permitir capacidade de desenvolvimento autônomo.

Na visão da Cepal, sobretudo na visão de Celso Furtado, protagonista intelectual no período de industrialização por substituição de importação, era necessário a criação de demanda da massa dos trabalhadores por produtos manufaturados, pois só assim a mercadoria produzida na indústria se realizaria no mercado interno, dando coerência ao pressuposto de equilíbrio da oferta com a demanda.

A principal tese dos motivos pelo qual não existia encontro entre a oferta e demanda dos produtos originários da indústria, era a de que existia uma grande inflação na oferta de produtos primários, necessários para a subsistência do trabalhador, que não gerava uma poupança suficiente após o consumo das mercadorias primárias para que pudesse aumentar a sua propensão marginal a consumir direcionada aos produtos manufaturados.

Tal inflação da oferta de alimentos se devia ao modelo estrutural brasileiro, no que tange a insuficiência das reformas no campo e portanto a sua estrutura agrária. A estrutura tinha como norte a exportação de alimentos para atender à infinita demanda europeia por alimentos, desconectando-se dos padrões brasileiros de

consumo interno da mesma mercadoria, aumentando a taxa de lucro do setor agroexportador mas gerando contradições internas para a expansão do setor industrial.

A estrutura agrária permanece a mesma até os dias atuais, em sua essência, tendo transformações apenas no que interessa ao mercado externo. Para Marini, existia um fundo de verdade na hipótese Cepalina, contudo a mesma era incompleta. Incompleta pois não apontava com precisão as origens da estrutura e tão pouco os caminhos para a sua superação, por mais que houvesse concordância na oferta desconectada de produtos primários para subsistência do trabalho e geração de maior consumo.

Dessa forma, segundo o autor, não se caracterizava de fato um processo de industrialização, ou se realizava uma industrialização com outro caráter, um caráter débil e deformado que nada tinha haver com as transformações internas de ganho de autonomia e sim uma compensação interna para as transformações do mercado global, sendo portanto o oposto, por mais que carregasse contradições sobretudo em momentos de crise global na qual os mesmos fatores de produção poderiam se voltar para o mercado interno em alguma medida. Como bem aponta Marini no trecho abaixo, existe um abismo de diferenças entre os processos de industrialização e portanto a utilização do termo deve ter feita comedidamente visto que pode expressar como semelhante um processo que é distinto.

A industrialização latino-americana se dá sobre bases distintas. A compreensão permanente que exercia a economia exportadora sobre o consumo individual do trabalhador não permitiu mais do que a criação de uma indústria débil, que só se ampliava fatores externos (como as crises comerciais, conjunturalmente, e a limitação dos excedentes da balança comercial, pelas razões já assinaladas) fechavam parcialmente o acesso da esfera alta de consumo para o comércio de importação. É a maior incidência desses fatores, como vimos, o que acelera o crescimento industrial, a partir de certo momento, e provoca a mudança qualitativa do capitalismo dependente. A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturou em função das exigências de

mercado procedentes dos países avançados. (MARINI,2005, p. 170)

Por fim, destaco o trecho abaixo no qual se pode observar o destaque dado para o uso da tecnologia estrangeira, tecnologia essa que aponta-se como auto interessada para o mercado externo, industrializado, e a solução das suas próprias contradições. Por meio do financiamento estrangeiro diretamente na indústria nacional, ocorre uma desnacionalização moral da indústria, que na maior parte dos casos supera o aspecto moral e ganha aspecto material, sendo mera produção de riquezas no exterior para posteriormente ter sua transferência para a matriz via remessas de renda ao exterior, apontando dessa maneira uma forte nacionalização das riquezas, nacionalização essa que pode ser confundida com concentração, configurando uma contradição do pressuposto ideológico neoclássico que coloca a globalização como um cenário de livre cooperação no qual os Estados perdem a sua importância, discurso esse que muitas vezes é capturado pelos próprios adversários teóricos dos pressupostos neoclássicos.

A transição de um modo de acumulação para outro se torna, portanto, difícil e é realizada com extrema lentidão, mas é suficiente para desencadear um mecanismo que atuará no longo prazo, no sentido de obstruir a transição, desviando para um novo meio a busca de soluções para os problemas de realização encarados pela economia industrial. Esse mecanismo é o recurso à tecnologia estrangeira, destinado a elevar a capacidade produtiva do trabalho. (Ruy Mauro Marini 2005, p. 172)

5. Considerações finais

A Teoria marxista da dependência preocupou-se em reutilizar boa parte do que foi elaborado pela CEPAL, elaborando mecanismos internos e não somente relações externas das nações para compreender o modus operandi desse capitalismo sui generis.

Coube aos partidos de orientação marxista na América Latina, Ásia e África

uma elaboração de propositivas para a superação da dependência que permanecem até os dias atuais buscando analisar a conjuntura com a ferramenta e elaborando um projeto de superação da dependência que persiste.

Destaco a *Organization of Solidarity with the People of Asia, Africa and Latin America*(OSPAAAL) surgida no ano de 1966 em Havana, onde se realizou a primeira conferência tricontinental e que opera até os dias atuais. Sendo as conferências de grande importâncias para a proliferação de Alianças de Libertação Nacional na América Latina, colocando a Dependência em foco e apontando o Imperialismo como principal adversário para o Desenvolvimento.

Dentro da obra analisada de Ruy Mauro Marini neste trabalho, encontrei muitas referências ao futuro, demonstrando uma preocupação também presente no Direito e Desenvolvimento. A Teoria da dependência em Marini, ao observar o passado e o processo histórico tem como objetivo final a elaboração de um projeto no qual se supera a situação de dependência no longo prazo, cabendo então ao projeto a elaboração de arranjos no curto e médio prazo que tenham no seu horizonte a superação. Contudo, por ser um processo dinâmico, o ato de caminhar já é o mais próximo possível de se viver no presente a sociedade futura.

Destaca-se nisso, portanto, a preocupação com o papel que a mudança institucional pode acarretar no desempenho não só econômico, mas no desempenho de toda uma sociedade e no conjunto delas.

Fundamentalmente afirmo que Marini ainda que não seja um Institucionalista, apresenta um pensamento acerca das instituições, que pode ser observado ao longo da leitura atenta de sua obra. O lugar das instituições em Marini pode ser resumido em três papéis distintos.

Em primeiro, encontra-se o papel das instituições que produzem e reproduzem a situação de dependência, sendo a subjugação formal de uma nação independente o seu atestado de dependência. Partindo desse marco histórico de independência das nações, Marini desenvolve a partir da teoria de trocas desiguais da Cepal, a sua visão de troca desigual de Valores, utilizando-se da teoria do Valor-Trabalho contida em Marx e Engels, ao invés da teoria da utilidade-marginal utilizada pela Cepal.

Nesta troca desigual de valores, observa-se os mecanismos internos de compensação que são criados pela burguesia interna na sua corrida pela elevação dos lucros que são extraordinariamente subtraídos pela burguesia estrangeira dos países centrais. Mecanismos internos esses que afetam qualitativamente a composição econômica das nações, mas também a vida material dos povos no que tange ao mundo do trabalho, educação, saúde, cultura e a sua autodeterminação política.

Em segundo, encontra-se o papel das instituições que são estratégicas para se elaborar a liderança de setores para a transformação interna das nações por meio da cooperação internacional no que concerne aos arranjos econômicos, políticos e sociais. Colocando a participação ativa da massa populacional na vida política por meio de mecanismos de participação direta, não só representativo. Alteração na propriedade individual para a propriedade coletiva dos meios de produção, sendo gerida e auto organizada pelos trabalhadores que ali produzem em consonância com a demanda social, assemelhando-se às economias planejadas do Estado Soviético.

Aqui cabe destacar a participação do povo como sendo em si uma instituição dinâmica, de nada serve a centralidade do Estado para Marini com a ausência da instituição povo, ideia essa que fica fortemente demarcada nas elaborações do conceito de soberania popular em sua obra. Neste ponto, o Estado se torna o centro administrativo que reúne as massas auto organizadas que demandam soluções e elaborações burocráticas ao mesmo passo que são parte das mesmas, ocorre aqui uma relação direta subtraindo intermediações.

Em terceiro, encontra-se o papel subjetivo das instituições socialistas, mirando as sociedade comunistas com ausência do Estado tal qual é desenvolvido na sociedade burguesa. Esse arranjo colocado como norte demonstra em medida a ausência de um projeto que garanta um salto qualitativo de nação dependente para nação desenvolvida nos marcos do socialismo, visto que em Marini o desenvolvimento pleno diferencia-se do conceito de desenvolvimento nos patamares capitalistas.

Carece de uma didática exemplificação desse terceiro momento para o segundo, existe uma ausência de qual é a representação desse momento que assim

como a independência foi marco da dependência, seja o momento histórico que marque o fim da dependência e o surgimento de uma nova sociedade de níveis elevados que supere a dependência e não reproduza os patamares do conceito de desenvolvimento contido nas sociedades capitalistas. O que pode ser evidenciado nesse terceiro momento, é o notório alerta de que ele inexistente sem a presença da solidariedade internacional, portanto ocorre em conjunto entre as nações, e também ocorre com a participação ativa dos povos, distribuindo a centralidade do Estado, muito embora esse seja presente no âmbito do Direito público no período construtivo do processo.

Feita a exposição, afirmo que a literatura dependentista encontrada ao longo da obra analisada de Ruy Mauro Marini, possui excelentes apontamentos para enriquecer a literatura institucionalista. Em aspectos de compreensão dos mecanismos externos e internos das nações que vivenciam o mundo do capitalismo global, assim como apontamentos interessantes para a superação da mesma.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO, CAIO PRADO JR. SÃO PAULO, COMPANHIA DAS LETRAS, 2011.

COUTINHO, Diogo. O DIREITO ECONÔMICO E A CONSTRUÇÃO INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO. Revista Estudos Institucionais, Vol. 2, 1, 2016

DAVID M. TRUBEK. MARC GALANTER. ACADÊMICOS AUTO-ALIENADOS: REFLEXÕES SOBRE A CRISE NORTE-AMERICANA DA DISCIPLINA “DIREITO E DESENVOLVIMENTO” (1974). REVISTA DIREITO GV, SÃO PAULO. V. 3 N. 2 | P. 261 - 304 | JUL-DEZ 2007

DAVIS, KEVIN E., TREBILCOCK, MICHAEL J., THE RELATIONSHIP BETWEEN LAW AND DEVELOPMENT: OPTIMISTS VERSUS SKEPTICS. American Journal of Comparative Law. SALEM (OREGON): AMERICAN SOCIETY OF COMPARATIVE LAW, V. 56, N. 1, P. 895-946, 2008.

Francis G. Snyder. Law and Development in the Light of Dependency Theory. Law & Society Review, Vol. 14, No. 3, Contemporary Issues in Law and Social Science(Spring,1980), pp. 723-804

MARTA HARNECKER, ESTRATÉGIA E TÁTICA. SÃO PAULO. EXPRESSÃO

POPULAR, 2012.

SCHAPIRO, Mario Gomes. Direito e desenvolvimento : um diálogo entre os brics. São Paulo Saraiva 2012

Mario Gomes Schapiro. REPENSANDO A RELAÇÃO ENTRE ESTADO, DIREITO E DESENVOLVIMENTO: os limites do paradigma Rule of law e a relevância das alternativas institucionais. REVISTA DIREITO GV, SÃO PAULO 6(1) | P. 213-252 | JAN-JUN 2010

North, Douglass C. Instituições, mudança institucional e desempenho econômico. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

TAMANAHA, BRIAN Z. REVIEW: THE LESSONS OF LAW-AND-DEVELOPMENT STUDIES. THE AMERICAN JOURNAL OF INTERNATIONAL LAW. WASHINGTON: AMERICAN SOCIETY OF INTERNATIONAL LAW, V. 89, N. 2, 1995, PP. 470-486

TRASPADINI, R; STEDILE, J. P (ORGS). **Ruy Mauro Marini – Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 304p.

Trubek, David (2007 [1972]). Max Weber sobre direito e ascensão do capitalismo